



PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA

Processo Administrativo Licitatório

Modalidade Inexigibilidade de licitação nº 06/2024-02.

Interessada: Câmara Municipal de Mãe do Rio-PA.

Solicitante: Comissão Permanente de Licitação.

Assunto: Solicitação de análise- INEXIGIBILIDADE Nº 06/2024-02.

RESUMO

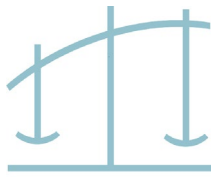
Vieram os autos a esta Consultoria Jurídica, oriundo da Câmara Municipal de Mãe do Rio, para parecer jurídico, nos termos do art. 74 da lei 14.133/2021, na qual requer a análise jurídica da legalidade do Processo Administrativo supracitado, de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para a contratação da Empresa **LAYOUT INFORMÁTICA PROC. DE DADOS S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 73.807.711/0001-46, sediada na Praça 23 de Junho, nº 10, Sala: 12, Bairro Centro – CEP: 61.760-000 - Eusébio - CE, representada por **MARIANNY MENDES COSTA AIRES**, brasileira, cearense, titular do RG nº 20075871747 SSP/CE e CPF nº 072.099.763-10, residente na Rua Maria Luiza Silva, nº 464, Sumuré, CEP: 60732-553, Fortaleza-Ce, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mãe do Rio/PA, no valor total de R\$ 6.600,00 (seis e seiscentos reais).

Objetiva a Câmara Municipal contratar com terceiros a prestação de serviço de Licenciamento dos sistemas integrados folha – Módulo Folha de Pagamento e Transparência - Módulo Transparência de Dados Pessoais, com prazo de vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, iniciando em 11 de janeiro de 2024 e extinguindo-se em 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado de acordo com a lei, na forma do Art. 105, da Lei nº 14.133/21.

Aponto o recebimento dos autos da inexigibilidade, para fins deste parecer.

Nos autos constam:

- a) Documento de formalização de demanda contendo a justificativa para a prestação do serviço, acompanhado do termo de referência em que solicita contratação da empresa;
- b) Proposta da Empresa;
- c) Termo de Abertura, Autuação e Remessa;
- d) Despacho do Presidente da Câmara do Município de Mãe do Rio, solicitando autuação, Estudo técnico preliminar, pesquisa de mercado e reserva orçamentária
- e) Declaração de Adequação Orçamentária;
- f) Termo de Autorização;
- g) Autuação do Processo Licitatório



h) despacho para consulta a esta Assessoria Jurídica sobre a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação;

i) Minuta do contrato.

É o breve relato.

ANÁLISE JURÍDICA

Quanto ao aspecto jurídico, a proposição encontra respaldo legal no art. 74, da Lei de Licitações que inibe o procedimento licitatório, quando houver inviabilidade de competição.

Senão vejamos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III- Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominante intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

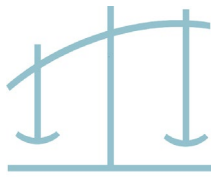
c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Segundo se extrai, a Comissão de Licitação conclui que a empresa **LAYOUT INFORMÁTICA PROC. DE DADOS S/S LTDA**, possui notória especialização, imprescindível aos serviços da unidade, e, conseqüentemente, a que melhor se adéqua ao interesse público.

Para melhor entendimento, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Nota-se que é evidente constatar existência de permissão legal quando a contratação recair em profissional de notória especialização, vindo a discussão plenária no Supremo Tribunal Federal, essa que julgou ação declaratória de constitucionalidade nº 45(ADC 45).



Antes, porém, de adentrarmos no mérito da inexigibilidade de contratação da empresa ora em procedimento licitatório, é necessário que conheçamos o conceito legal de Notória Especialização e Singularidade, visto a apresentação do serviço no cenário atual.

A propósito da abordagem suso, trazemos a lição do insigne mestre Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Aide Editora, RJ, 2º ed. 1994, p. 150, que assim se manifesta:

“Há serviços que exigem a habilitação específica, vinculada à determinada capacitação intelectual e material. Não é qualquer ser humano que poderá satisfazer tais exigências. Em tais hipóteses verifica-se que a variação no desenvolvimento do serviço individualiza e peculiariza de tal forma a situação exclui comparações e competições. Inviabiliza-se a comparação, pois cada profissional prestador de serviço dá-lhe configuração personalíssima”.

Ressalta-se, todavia, que para os fins aqui almejados, a comprovação de exclusividade não implica, necessariamente, que sejam únicos os serviços prestados, pois como ilustra o eminente Desembargador Régis Fernandes de Oliveira (apud Carlos Pinto Coelho Mota, in “Eficácia nas Licitações e Contratos, 3ª ed. Del Rey: Belo Horizonte, 1994. p. 135) a singularidade e a notoriedade implica em características próprias de trabalho, que o distingue dos demais. Esclareça-se que o que a Administração busca é exatamente esta característica própria e individual de certa pessoa. O que visa é a perícia específica, o conhecimento marcante de alguém ou as peculiaridades artísticas absolutamente inconfundíveis”.

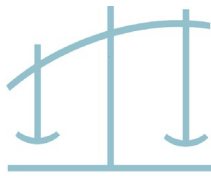
Diante desta prévia conceituação, já conhecendo o significado de notória especialização e singularidade para os efeitos do art. 74 da Lei de Licitações, já no âmbito da análise da comprovação desta inexigibilidade, chega-se à conclusão favorável à contratação direta, o próprio ordenador de despesas externo e, posteriormente, ratificou a inexigibilidade, tendo em vista a singularidade e notória especialização demonstrada na qualidade do profissional que compõe o quadro social, uma vez que se constitui em profissional habilitado com experiência profissional na consultoria jurídica, entre outros serviços.

Portanto, em situações como essa, não se pode discordar que, concentra-se tal necessidade pela avaliação da entidade pública que receberá os serviços, notadamente o ordenador de despesa encarregado do gerenciamento, que no caso presente, acha que se faz necessário a contratação direta em razão de ser profissional de notória especialização.

O importante ressaltar, é que se pode aferir a notória especialização, na contratação dos serviços de gerenciamento de publicidade e gestão municipal. A constatação deste fato como uma realidade, deve-se dar pelo ordenador de despesas responsável pela inexigibilidade declarada.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, o fundamento usado para contratar tem previsão legal no art. 74, III, C, da Lei de Licitações, atendidos os critérios definidos na Súmula 39 do TCU, em conformidade com a doutrina



citada, que apresenta detalhamento dos requisitos necessários à contratação, esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela legalidade da contratação direta, da **EMPRESA LAYOUT INFORMÁTICA PROC. DE DADOS S/S LTDA** para prestação de serviço de Licenciamento dos sistemas integrados folha – Módulo Folha de Pagamento e Transparência - Módulo Transparência de Dados Pessoais, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, mediante procedimento de inexigibilidade de licitação, com observância do rito previsto no dispositivo legal, inclusive realizando as publicações.

Analisada a minuta do contrato apresentada constata-se que está em conformidade com a lei de licitações, nos termos deste parecer.

Registra-se, por fim, que a análise consignada neste parecer foi feita sob o prisma estritamente jurídico-formal observadas na instrução processual e no contrato, não adentrando, portanto, na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico pertinentes, preços ou aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente da Câmara Municipal.

É o Parecer, à consideração superior

É o nosso Parecer.

Mãe do Rio-PA, 08 de janeiro de 2024.

LILIAN DA SILVA RODRIGUES MODESTO
Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Mãe do Rio- PA
Advogada- OAB/PA nº 21447